

Campus Porto Velho Zona Norte
**Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e
Tecnológica**

EDY POLLO SANTOS HASSEGAWA MOSCOSO

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DE JARU (RO): Reflexões sobre práticas de interação e
desenvolvimento local**

PORTO VELHO - RO

2026

EDY POLLO SANTOS HASSEGAWA MOSCOSO

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DE JARU (RO): Reflexões sobre práticas de interação e
desenvolvimento local**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO

Moscoso, Edy Pollo Santos Hassegawa.

Movimentos sociais e educação financeira em cooperativas de crédito de Jaru (RO): reflexões sobre práticas de interação e desenvolvimento local / Edy Pollo Santos Hassegawa Moscoso. - Porto Velho, 2026.
21 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Dimensão social. 2. Desenvolvimento local. 3. Educação financeira. 4. Cooperativas de créditos. I. Carvalho, Gabriela Dantas (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

EDY POLLO SANTOS HASSEGAWA MOSCOSO

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE
CRÉDITO DE JARU (RO): Reflexões sobre práticas de interação e
desenvolvimento local**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dra. Gabriela Dantas Carvalho.

Aprovado em: 14/04/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente



GABRIELA DANTAS CARVALHO

Data: 26/04/2026 16:07:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriela Dantas Carvalho
Orientadora

Documento assinado digitalmente



CICERO FELIX DA SILVA

Data: 30/04/2026 21:11:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cicero Felix da Silva
Membro Interno

Documento assinado digitalmente



WENDELL VILHENA DE CARVALHO

Data: 30/04/2026 13:27:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Wendell Vilhena de Carvalho
Membro Externo

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE JARU (RO): Reflexões sobre práticas de interação e desenvolvimento local

RESUMO: Sob a perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica, a educação financeira é compreendida como elemento formativo essencial à construção de competências para a vida econômica e social, articulando saberes técnicos e cidadania. Nesse contexto, as cooperativas de crédito emergem como agentes educativos relevantes, ao integrarem serviços financeiros a práticas pedagógicas contextualizadas, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e preparados para a tomada de decisões financeiras no território. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a importância das cooperativas de créditos em seus movimentos sociais na forma de organização e interação com a educação financeira perante o município de Jaru (RO), possibilitando promover práticas engendradas dos conhecimentos basilares de uma consciência financeira para qualidade de vida. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Os estudos indicam que as cooperativas, ao ofertarem produtos financeiros combinados a ações educativas presenciais e remotas, tendem a ampliar o acesso a serviços financeiros, fortalecer a capacidade de planejamento orçamentário dos associados e difundir práticas de poupança e investimento, efeitos que se associam à geração de renda, à formalização econômica e ao desenvolvimento local. Conclui-se que a educação financeira, quando institucionalizada e recorrente, potencializa a função socioeconômica das cooperativas de crédito.

PALAVRAS-CHAVE: dimensão social; desenvolvimento local; educação financeira; cooperativas de créditos.

ABSTRACT: From the perspective of Professional and Technological Education, financial education is understood as an essential component of building skills for economic and social life, linking technical knowledge with citizenship. In this context, credit unions emerge as relevant educational agents by integrating financial services with contextualized pedagogical practices, contributing to the development of individuals who are more autonomous, critical, and prepared to make financial decisions in their communities. The research aims to reflect on the importance of credit unions within their social movements in terms of organization and interaction with financial education in the municipality of Jaru (RO), enabling the promotion of practices rooted in the basic knowledge of financial awareness for quality of life. The research adopts a qualitative, exploratory approach based on a literature review and documentary analysis. Studies indicate that cooperatives, by offering financial products combined with in-person and remote educational activities, tend to expand access to financial services, strengthen members' budget planning capabilities, and promote savings and investment practices effects associated with income generation, economic formalization, and local development. It can be concluded that financial education, when institutionalized and ongoing, enhances the socioeconomic role of credit unions.

KEYWORDS: Social dimension; local development; financial education; credit unions.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Serasa (2025), a sociedade brasileira encontra-se com 78 milhões de indivíduos adultos endividados. Acredita-se que esse percentual se deve a ausência do conhecimento básico sobre os assuntos financeiros pela população brasileira, e somando a facilidade ao acesso de crédito financeiro, empréstimo, pelas instituições financeiras em geral. O indivíduo ao adquirir esse conhecimento, obtém orientação mínima sobre o controle das suas despesas e investimento, bem como o valor limitado da moeda, o que o leva a ficar mais propenso ao equilíbrio financeiro (OCDE, 2021).

A educação financeira consolidou-se, nas últimas décadas, como agenda pública e acadêmica em razão do crescimento da intermediação financeira, da ampliação do crédito ao consumo e da complexificação de produtos bancários e de investimento (OCDE, 2020). No Brasil, esse processo foi acompanhado por níveis persistentes de endividamento das famílias e por assimetrias informacionais que limitam a capacidade de tomada de decisão econômica, sobretudo, em grupos de menor renda e escolaridade. Em contextos locais, tais assimetrias tendem a se traduzir em escolhas de crédito de alto custo, baixa formação de poupança e menor proteção contracheques de renda, com efeitos cumulativos sobre a desigualdade e sobre a dinâmica do desenvolvimento (Azevedo, 2019).

Trata-se de um processo no qual tanto indivíduo adquire uma melhor compreensão sobre os conhecimentos basilares de produtos e serviços financeiros ofertados, de forma que, a informação, formação e orientação, promovam a valorização de uma consciência mais ampla sobre oportunidades e riscos envolvidos, possibilitando fazer melhores escolhas e adotar ações que valorizam o seu bem-estar (CONEF, 2013).

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a educação financeira assume caráter estratégico ao contribuir para a formação integral do sujeito, articulando saberes técnicos, científicos e sociais. Nessa perspectiva, não se limita à transmissão de conteúdos instrumentais sobre finanças, mas configura-se como prática formativa voltada ao desenvolvimento de competências críticas para a tomada de decisão econômica em contextos reais. Assim, ao ser mediada por instituições como as cooperativas de crédito, a educação financeira aproxima-se dos

pressupostos da EPT ao integrar formação para o trabalho, cidadania e desenvolvimento territorial (Leite, 2013).

Nesse cenário, as cooperativas de crédito se distinguem das instituições bancárias tradicionais por sua natureza societária, pela centralidade do associado e pela finalidade de prestação de serviços financeiros em regime de cooperação, com retorno econômico-social aos cooperados. Ao combinarem a oferta de produtos financeiros com ações educativas, as cooperativas podem exercer papel estratégico na inclusão financeira e na formação de capacidades para a gestão do orçamento doméstico, contribuindo para autonomia econômica e para o fortalecimento do mercado local (Meinem, 2022).

As cooperativas de crédito são compreendidas como parte da infraestrutura institucional que organiza a circulação de recursos no território, ampliando o acesso a serviços financeiros formais por meio de uma racionalidade associativa distinta da lógica bancária tradicional (Meinem, 2022). Por serem instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e constituídas por associação de pessoas, elas reposicionam o usuário como cooperado, isto é, como sujeito que participa, direta ou indiretamente, da governança e dos benefícios do empreendimento coletivo (BACEN, 2015). Em Jarú, a presença de redes cooperativas como Sicoob[®] e Sicredi[®], bem como o registro de cooperativa vinculada ao sistema Cresol[®], indica capilaridade de atendimento e pluralidade institucional, o que tende a favorecer inclusão financeira e alternativas de relacionamento para diferentes perfis socioeconômicos (BCB, 2025).

Do ponto de vista do desenvolvimento local, tais organizações não se limitam à oferta de crédito: elas podem atuar como mecanismos de retenção e reinjeção de riqueza, além de induzirem uma pedagogia econômica vinculada ao uso consciente de crédito, à compreensão de juros e ao planejamento financeiro, dimensões que impactam tanto a sustentabilidade das famílias e empreendimentos quanto a própria qualidade das carteiras da instituição. A singularidade da cooperativa reside, portanto, na combinação entre intermediação financeira, proximidade territorial e governança, criando condições para que ações educativas e mecanismos de participação não sejam acessórios, mas componentes estruturantes do modelo, especialmente em contextos nos quais o crédito pode significar, simultaneamente, expansão produtiva e risco de endividamento (Leite, 2013).

As cooperativas de crédito, ao promoverem ações sistemáticas de educação financeira, assumem uma função pedagógica não formal que dialoga com os princípios da EPT, especialmente no que se refere à aprendizagem ao longo da vida e à contextualização dos saberes. Tal atuação contribui para a construção de competências socioeconômicas nos indivíduos, ampliando sua autonomia e capacidade de inserção qualificada nos processos produtivos e sociais.

Dentro deste contexto a pesquisa traz como pergunta norteadora: Como as cooperativas de crédito de Jarú (RO) articulam práticas de interação social e educação financeira para reduzir o endividamento dos associados e fortalecer o desenvolvimento local?

Partindo disso, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a importância das cooperativas de créditos em seus movimentos sociais na forma de organização e interação com a educação financeira perante o município de Jarú (RO), possibilitando promover práticas engendradas dos conhecimentos basilares de uma consciência financeira para qualidade de vida.

Acredita-se que está pesquisa possa contribuir para profissionais da área do cooperativismo, agentes governamentais e educacionais, pois visa relatar as reflexões sobre movimentos sociais mediante a educação financeira praticadas pela cooperativa de crédito localizada no município de Jarú (RO).

2 METODOLOGIA

O presente estudo efetivou-se como uma revisão bibliográfica exploratória e documental, de natureza qualitativa, realizada no período de fevereiro e março de 2026, com período de análise do ano de 2013 até 2026, através de livros e artigos pesquisados nos bancos de dados *on-line*: Scielo e Periódicos Capes, utilizando como descritores da pesquisa: “dimensão social”, “educação financeira cooperativista”, “desenvolvimento regional e local” e “cooperativas de créditos”, na língua portuguesa, de forma isolada e combinada, através do operador booleano AND.

No âmbito da análise documental, foram examinados documentos institucionais, normativos e estatísticos relevantes ao objeto de estudo, incluindo relatórios e publicações do Banco Central do Brasil, especialmente aqueles relacionados à inclusão e educação financeira; dados socioeconômicos do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística; e materiais institucionais da Organização das Cooperativas Brasileiras. Também foram analisados documentos normativos, como a Lei nº 5.764/1971, além de conteúdos institucionais e educativos disponibilizados pelos sistemas cooperativos Sicredi®, Sicoob® e Cresol®. Complementarmente, foram considerados documentos locais, como publicações da administração municipal de Jaru (RO) e registros de expansão das cooperativas no território, visando contextualizar empiricamente a análise.

A revisão bibliográfica pode ser vista como um processo formal, em conformidade com metodologia de pensamento de abordagem reflexiva, demandando tratamento de caráter científico para conhecimento da realidade do sujeito pesquisado ou verdades parciais explicadas, com intuito de encontrar respostas para questões abordadas na pesquisa (Lakatos; Marconi, 2001). Quanto à natureza qualitativa, compreende na investigação de fenômenos em seus contextos naturais, recorrendo a práticas interpretativas para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e grupos sociais (Gil, 2019).

Foram inclusos estudos que apresentassem aderência direta ao tema da pesquisa, contemplando cooperativismo de crédito, educação financeira, dimensão social e desenvolvimento local. Consideraram-se publicações acadêmicas e técnico institucional, como artigos científicos, livros, capítulos, dissertações, teses, relatórios e documentos oficiais, desde que possuíssem autoria identificada, fonte verificável e conteúdo suficiente para sustentar análise teórica ou empírica. Enquanto foram excluídos: estudos sem conexão com práticas institucionais, interação social ou efeitos sobre o desenvolvimento local. Além de materiais opinativos ou promocionais, textos sem autoria, data ou fonte rastreável, publicações duplicadas e documentos cuja leitura integral evidenciasse fragilidade conceitual, ausência de fundamentação ou incompatibilidade com os objetivos do estudo.

As informações extraídas das obras selecionadas foram sistematizadas em fichas de análise, elaboradas para assegurar rastreabilidade, comparabilidade e alinhamento com o objetivo do estudo, centrado nas práticas de interação social e de educação financeira em cooperativas de crédito e suas possíveis repercussões no desenvolvimento local. Em cada ficha foram registrados: autores do cooperativismo e educação financeira, ano com recorte de uma década, título, tipo de publicação e objetivo do trabalho; problema ou pergunta de pesquisa, conceitos centrais mobilizados, como o cooperativismo de crédito, educação financeira, inclusão

financeira, participação, governança e desenvolvimento local; contexto e recorte territorial abordados.

De forma complementar, a pesquisa contou com a análise documental mediante o acesso aos registros do Sindicato e Organização das Cooperativas do Brasil (<https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/ocb>), assim como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (<https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html>) e BACEN (<https://www.bcb.gov.br/>).

Segundo Helder (2006) analisa-se documentos originais, que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico por qualquer autor que seja, sendo uma técnica altamente relevante para pesquisas de cunho em ciências sociais e humanas.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica do Microsoft Excel[®] e, posteriormente, foram analisados de forma descritiva e discursiva. Os resultados foram apresentados em forma de texto discursivo e organizados em tópicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto Socioeconômico e Territorial do Município de Jaru (RO)

O município de Jaru (RO), situado no interior do estado de Rondônia, localiza-se ao longo da rodovia BR-364, entre Ariquemes e Ji-Paraná, a aproximadamente 289 km da capital Porto Velho. Segundo o Censo (2022), a população residente foi de 50.591 habitantes, com densidade demográfica de 17,18 habitantes por km², em uma área territorial de 2.944,140 km² e com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,689 (IBGE, 2021).

Jaru (RO) é o centro comercial da região, tendo como principal fonte econômica a produção de leite e a agricultura familiar. No recorte socioeconômico do município, os dados oficiais do IBGE indicam um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,765 bi em 2021, com um PIB *per capita* de R\$ 34.294,21 no mesmo ano, evidenciando a escala da atividade econômica local, assim como um rendimento nominal médio mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.406,29, indicador que auxilia na caracterização das condições médias de renda das famílias e na contextualização

analítica de iniciativas de inclusão e educação financeira no território, fato que impulsiona o crédito rural na cidade (IBGE, 2021).

3.2 Educação Financeira, Inclusão e Estrutura do Sistema Financeiro

Existe deficiência ao acesso a serviços financeiros por parte da população brasileira, amenizado pelas cooperativas financeiras, possibilita a inclusão financeira desses indivíduos menos assistidos pelos bancos, principalmente em territórios de difícil acesso (Meinem, 2022; OCB, 2023; BCB, 2022).

A educação financeira, apesar de sua relevância social e econômica, historicamente, não integrou de modo sistemático a formação escolar da maioria das pessoas no Brasil, permanecendo por muito tempo como conteúdo periférico, episódico ou dependente da iniciativa individual de docentes e escolas. Somente mais recentemente ela passou a ser reconhecida como tema a ser tratado de forma transversal no currículo, especialmente no âmbito dos chamados Temas Contemporâneos Transversais e de materiais orientadores vinculados à Base Nacional Comum Curricular, que situam a educação financeira como componente formativo associado à cidadania, à tomada de decisão e à compreensão crítica da vida econômica (MEC, 2022).

Nesse vazão formativo, a socialização financeira do cidadão ocorreu, em grande medida, de forma prática e assimétrica, mediada por instituições financeiras tradicionais, sobretudo, no momento da contratação de serviços e produtos. Ou seja, o aprendizado sobre juros, tarifas, prazos e risco tendia a acontecer a *posteriori*, já dentro da relação contratual, em um contexto no qual a assimetria de informação é estrutural e o incentivo principal da instituição não é necessariamente pedagógico. A criação e o fortalecimento de políticas públicas como a estratégia nacional de educação financeira procuraram responder a esse problema ao promover diretrizes e iniciativas voltadas à ampliação do letramento financeiro, indicando que o tema deve ser tratado como formação para a vida social e econômica, e não apenas como orientação pontual de consumo de produtos financeiros (CONEF, 2013).

No contexto de Jarú (RO), essa mediação histórica por bancos tradicionais pode ser observada pela presença local de agências/atendimento de instituições como Banco do Brasil[®], Caixa Econômica Federal[®], Bradesco[®], Banco da Amazônia[®] e Santander[®], que compõem o repertório bancário convencional do

município e, por muitos anos, concentraram o relacionamento financeiro formal de famílias e pequenos negócios (CONEF, 2013).

A população uma vez desassistidos por instituições bancárias convencionais, buscam as organizações financeiras cooperativistas do município de Jarú (RO), que fornecem os serviços de créditos e finanças aos associados. Para, além disso, mediante o seu acesso a cooperativa podem oportunizar as capacitações e orientações ao controle financeiro e boas práticas de investimento, ocorrendo de forma regular com cursos e palestras ou de forma assimétrica com visitas a sede da cooperativa sanando suas dúvidas (Prefeitura Municipal de Jarú, 2025).

A configuração atual do cooperativismo de crédito em Jarú/RO é resultante da convergência de trajetórias históricas distintas, que se articulam a partir de matrizes institucionais próprias. O Sicredi® inscreve sua origem no marco fundador de 1902, quando se consolida, no Rio Grande do Sul, a experiência pioneira associada ao Padre Theodor Amstad, frequentemente apresentada como referência histórica do cooperativismo de crédito no país (Sicredi, 2021). Em Jarú (RO), a presença do Sicredi® pode ser datada de forma objetiva pela inauguração da agência local em 18 de outubro de 2022, conforme registro institucional da Sicredi® Univales MT/RO, no contexto de expansão de estruturas em Rondônia (Sicredi Univales MT/RO, 2022).

Já a Cresol® emerge de uma matriz de cooperativismo solidário, com origem institucional em 24 de junho de 1995, marcada pelo propósito de interação solidária e proximidade territorial (Cresol, s.d.). Em Jarú (RO) há evidência documental de institucionalização local desde 04 de dezembro de 2008, data de fundação registrada em base pública de cadastro empresarial, permitindo situar sua chegada ao município ainda no final da década de 2000 (EconodatA, s.d.). O Sicoob®, por sua vez, diferencia-se pela consolidação sistêmica associada à criação do Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob®), em 1996, elemento que contribuiu para conferir escala, padronização operacional e robustez ao sistema cooperativo nacional (Sicoob Central SC/RS, 2021).

No caso de Jarú (RO), registros locais indicam ampliação da presença com a inauguração de uma segunda agência do Sicoob® Centro, em outubro de 2020, evidenciando que a atuação já estava estabelecida e se expandiu naquele período

(Jarú *online*, 2020), além de constar, em páginas institucionais, ponto de atendimento do Sicoob[®] Centro no município (Sicoob Centro, s.d.) e agência em Jarú (RO) vinculada ao UniCentro Norte brasileiro (Sicoob Unicentro Norte brasileiro, s.d.).

Em síntese comparativa, as diferenças entre as cooperativas presentes no território podem ser descritas em três eixos: (i) origem e identidade institucional (Sicredi[®] com narrativa pioneira de 1902; Cresol[®] com matriz solidária desde 1995; Sicoob[®] com fortalecimento sistêmico via Bancoob a partir de 1996); (ii) temporalidade de chegada a Jarú (Cresol[®] desde 2008; ampliação do Sicoob[®] evidenciada em 2020; Sicredi[®] com inauguração registrada em 2022); e (iii) estratégia de presença territorial capilaridade por rede de pontos/agências e ênfase diferenciada em governança, proximidade e programas de relacionamento, aspectos que condicionam o modo como cada sistema tende a estruturar práticas de interação social e educação financeira no contexto local (Sicredi Univales MT/RO, 2022; Cresol, s.d.; Sicoob Central SC/RS, 2021).

3.3 Interfaces entre Cooperativismo de Crédito e EPT no Desenvolvimento Local

Sob a ótica crítica da educação, a educação financeira pode ser compreendida como instrumento de emancipação social, na medida em que possibilita aos sujeitos compreenderem as dinâmicas do sistema econômico e posicionarem-se de forma consciente frente às relações de consumo, crédito e investimento. Nesse sentido, sua articulação com o cooperativismo fortalece práticas educativas voltadas à solidariedade, à coletividade e à sustentabilidade econômica.

Os resultados evidenciam que as práticas de educação financeira desenvolvidas pelas cooperativas de crédito transcendem a dimensão operacional dos serviços financeiros, configurando-se como experiências educativas alinhadas aos princípios da EPT. Observa-se que tais iniciativas contribuem para o desenvolvimento de competências práticas e cognitivas relacionadas à gestão de recursos, planejamento financeiro e tomada de decisão, aspectos fundamentais para a formação integral dos sujeitos.

As cooperativas de créditos atuam na educação financeira de forma presencial, com deslocamento de um palestrante para orientação dos conceitos básicos de finanças ou com a modalidade de educação a distância, com acesso

online. Elas são parceiras nas ações de inclusão financeira desde 2009, fato este, que iniciou o projeto pelo Banco Central do Brasil, com o propósito de promover os serviços financeiros perante as necessidades da população em geral (BCB, 2009).

Segundo Meinem (2022), a privação do conhecimento financeiro sobre as famílias incapacita de tomarem as melhores decisões financeiras por não terem acesso aos princípios financeiros e conhecimentos para bons investimentos marginaliza a população e a condiciona aos endividamentos, furtando assim, a geração de riquezas para a economia local.

Para Lusardi e Oggero (2017), somente um terço dos indivíduos adultos possui conhecimentos sobre conceitos básicos de finanças e investimento. De acordo com os autores, a ampla divulgação de crédito com juros altos está levando a sociedade ao excessivo consumo e endividamento. Essa constatação é comprovada pela Serasa (2025) que confirma que 49,65% da população rondoniense encontra-se em dívidas das mais diversas formas, em especial, pelo uso dos cartões de créditos.

As cooperativas financeiras são reconhecidas por atender estratos sociais e municípios mais carentes, pois ofertam produtos e serviços diferenciados e específicos de acordo com a localidade e não visam lucros, tendo em sua legitimação a distribuição de sobras aos seus associados, cooperando dessa forma na inclusão financeira e no desenvolvimento local (BCB, 2015).

No plano teórico e empírico, as cooperativas de crédito constituem uma infraestrutura institucional capaz de reduzir fricções de mercado e ampliar a eficiência alocativa em territórios de base agropecuária, sobretudo, quando o sistema financeiro convencional não oferece capilaridade, proximidade e condições ajustadas aos ciclos produtivos locais. O principal mecanismo de impacto sobre o agronegócio é a expansão do crédito produtivo com menor distância relacional: ao aproximar a intermediação financeira do produtor e do pequeno empreendimento rural, as cooperativas tendem a aumentar o volume e a adequação do financiamento de custeio e investimento, perante insumos, tecnologia, máquinas, infraestrutura e recomposição de capital de giro, o que repercute na produtividade e no valor agregado da produção (Sicoob Central SC/RS, 2021).

Essa dinâmica é compatível com evidências nacionais sistematizadas em estudo de impacto do cooperativismo de crédito, que reporta efeitos positivos associados à presença de cooperativas em municípios, incluindo valorização do valor da produção agrícola e ganhos de produtividade, além de incrementos em

indicadores econômicos locais. Em termos de lastro operacional, o direcionamento do cooperativismo para o segmento agro é reiterado por comunicações institucionais do próprio Sicredi® ao enfatizar linhas de apoio ao produtor por custeio e investimentos em ambientes de negócios do agro (Meinem, 2022).

No caso de Jaru (RO), o efeito sobre comércio e renda decorre do encadeamento territorial típico: crédito produtivo e serviços financeiros adequados elevam a capacidade de compra de insumos e de contratação de serviços, intensificando fluxos econômicos que retroalimentam o comércio local, com potencial de aumentar faturamento, emprego e abertura de novos estabelecimentos. Essa relação é coerente com resultados nacionais, que aponta associação entre presença de cooperativas de crédito e crescimento de empregos formais e de estabelecimentos, isto é, dinamização do tecido empresarial municipal (Moscoso; Oliveira; Oliveira, 2024).

Em Jaru (RO), registros locais indicam que a expansão física do atendimento cooperativo foi acompanhada por uma narrativa explícita de contribuição ao ambiente de negócios, como no caso da inauguração/expansão do Sicoob® Centro no município, apresentada como estratégia para ampliar capacidade de atendimento e apoiar produtores e empreendedores, reforçando o papel das cooperativas como vetor de circulação de recursos e ativação econômica territorial. Do mesmo modo, a ampliação recente de estruturas do Sicredi® em Rondônia inclui a inauguração de agência em Jaru em 18 de outubro de 2022, sinalizando o adensamento institucional do cooperativismo financeiro no município e sua inserção no circuito econômico local (Sicredi Univales MT/RO, 2022; Cresol, s.d.; Sicoob Central SC/RS, 2021).

Assim, pode-se afirmar que os grandes diferenciais das cooperativas de créditos, dentro dos sistemas financeiros que possui no município de Jaru (RO), está ligado aos princípios cooperativistas e no formato institucional distintos dos bancos convencionais, contribuindo por meio da educação financeira e de seus produtos e serviços prestados, auxiliam no desenvolvimento local. Os estratos sociais são alcançados mediante as ações inerentes das cooperativas de créditos, proporcionando, na medida que os recursos financeiros são gerados pelo esforço da poupança no câmbio de empréstimos, poder de compra e investimentos, visando a promoção de geração de empregos e renda, a consciência financeira e a diminuição da concentração de riquezas.

A atuação das cooperativas no território de Jaru (RO) demonstra potencial na formação de competências socioeconômicas, especialmente no que se refere à autonomia financeira, ao comportamento de consumo consciente e à capacidade de investimento. Esses elementos dialogam diretamente com os pressupostos da EPT, que busca formar indivíduos capazes de compreender e intervir em sua realidade de maneira crítica e produtiva.

Do ponto de vista educacional, as ações promovidas pelas cooperativas contribuem para reduzir lacunas históricas na formação financeira da população, funcionando como extensão dos processos educativos formais. No âmbito territorial, tais práticas fortalecem o capital social e estimulam dinâmicas de desenvolvimento local, evidenciando a interdependência entre educação, economia e organização social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da EPT, conclui-se que a educação financeira, quando articulada a práticas cooperativistas, constitui-se como ferramenta estratégica para a formação de sujeitos autônomos, críticos e economicamente conscientes. Tal integração amplia o alcance da educação para além dos espaços escolares, consolidando-se como prática social relevante no contexto do desenvolvimento local.

A educação financeira tem grande relevância na vida do indivíduo, seja em uma simples e pequena compra no mercado, como aplicações em investimentos em grande soma de valores. O tema correlacionado com o cooperativismo, é relativamente novo no Brasil, com a necessidade de uma economia equilibrada que vise orientar as famílias brasileiras a obter um orçamento familiar adequado que diminua o endividamento e promova a consciência do investimento.

Com a difícil e longa tarefa de desenvolver um sistema inclusivo financeiro a todos os estratos sociais, faz-se cabível um esforço articulado e a conectividade entre diversos atores, governamentais e sociedade civil, e nesse quesito, as cooperativas de créditos vem se consolidando como relevantes nesse processo.

Como desdobramento interventivo dos achados desta pesquisa, propõe-se a institucionalização de um Programa Permanente de Educação Financeira Cooperativista no âmbito municipal – Jaru (RO), articulando cooperativas de crédito, escolas, poder público e organizações da sociedade civil. Tal programa deve superar

ações pontuais e assumir caráter contínuo, com planejamento anual, definição de metas, indicadores de acompanhamento e avaliação periódica de resultados.

Importa ressaltar que a presente pesquisa não esgota as possibilidades de aprofundamento do conhecimento acerca da temática investigada, especialmente no âmbito da EPT, que compreende a formação humana em sua dimensão integral, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia. Nesse sentido, torna-se pertinente a ampliação de ações educativas voltadas à educação financeira, concebida não apenas como conteúdo instrumental, mas como prática formativa essencial à construção de competências para a vida social e econômica.

Recomenda-se, portanto, a implementação de iniciativas contínuas e contextualizadas que promovam o acesso ao letramento financeiro para diferentes segmentos da população, favorecendo o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao gerenciamento de recursos, à tomada de decisões conscientes e à autonomia econômica. Tais ações, quando integradas às dinâmicas territoriais e aos princípios formativos da EPT, tendem a contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e para o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

5 PLANO DE AÇÃO OU INDICAÇÕES PRÁTICAS

A proposta de intervenção delineada fundamenta-se na compreensão da educação financeira como um instrumento estratégico de transformação social, articulado aos pressupostos do desenvolvimento territorial sustentável, da inclusão financeira qualificada e do fortalecimento do capital social. Nesse sentido, propõe-se a estruturação de um plano de ação integrado, composto por eixos interdependentes, cuja operacionalização se orienta por critérios de segmentação de público, contextualização socioterritorial e sustentabilidade das ações no longo prazo.

Inicialmente, recomenda-se a implementação de oficinas informativas segmentadas por público, concebidas a partir de uma abordagem metodológica ativa, participativa e contextualizada. Tais oficinas deverão ser organizadas em módulos estruturados, direcionados a diferentes perfis socioeconômicos, o qual inclui jovens, mulheres, agricultores familiares, microempreendedores e

principalmente cooperados, considerando suas especificidades cognitivas, culturais e econômicas.

A forma de aplicação deverá abordar a especificidade do público-alvo, podendo ser encontros presenciais, híbridos ou totalmente *on-line*, realizados em espaços comunitários, educacionais e cooperativos, e/ou com plataformas acessíveis e com utilização de metodologias como a aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso profissionais tecnológicos e simulações práticas de tomada de decisão financeira.

A execução ocorrerá em ciclos contínuos, com duração média de quatro a oito encontros por turma, distribuídos semanalmente, visando promover a internalização de práticas financeiras mais conscientes. Espera-se, como resultado, a ampliação da capacidade de planejamento financeiro, a redução de comportamentos impulsivos de consumo e a mitigação progressiva dos níveis de endividamento das famílias.

Paralelamente, propõe-se a inserção transversal da educação financeira nos projetos pedagógicos das instituições de ensino, compreendendo-a não como conteúdo isolado, mas como competência formativa interdisciplinar. Essa integração deverá ocorrer mediante a articulação de conteúdos financeiros às disciplinas já existentes, tais como matemática, ciências humanas e sociais aplicadas. A estratégia inclui o desenvolvimento de projetos pedagógicos temáticos, orientados à construção de competências práticas, como organização orçamentária, consumo consciente e iniciação ao empreendedorismo.

A implementação deverá ocorrer ao longo do calendário letivo, precedida por um processo formativo docente estruturado, com carga horária adequada à incorporação efetiva dos conteúdos. Como efeitos esperados, destacam-se a formação precoce de hábitos financeiros saudáveis, a ampliação da consciência econômica crítica e a redução da vulnerabilidade financeira nas trajetórias futuras dos estudantes.

No que se refere à ampliação do alcance e à sustentabilidade da intervenção, sugere-se a formação de multiplicadores comunitários, entendidos como agentes locais capazes de replicar e adaptar os conteúdos de educação financeira às dinâmicas específicas de seus territórios. Esse processo formativo deverá contemplar tanto aspectos técnicos quanto metodológicos, incluindo capacitação em facilitação de grupos, comunicação educativa e mediação de processos coletivos de aprendizagem.

O público-alvo abrange lideranças comunitárias, agentes de saúde, educadores sociais e representantes de organizações locais. A formação inicial deverá ser complementada por acompanhamento contínuo, garantindo a qualidade e a fidelidade metodológica das ações replicadas. Espera-se, com isso, a ampliação capilarizada da educação financeira, o fortalecimento das redes sociais locais e a consolidação de práticas educativas autossustentáveis.

Adicionalmente, destaca-se a necessidade de produção de materiais didáticos contextualizados, elaborados a partir das especificidades socioculturais e econômicas do território. Esses materiais deverão adotar linguagem acessível, recursos visuais adequados e exemplos práticos que dialoguem com a realidade dos sujeitos envolvidos. A produção poderá incluir cartilhas, guias práticos, conteúdos audiovisuais e instrumentos de apoio à gestão financeira cotidiana. A disponibilização desses recursos visa não apenas reforçar os conteúdos trabalhados nas oficinas e nas escolas, mas também ampliar o acesso à informação e favorecer a autonomia dos indivíduos no processo de tomada de decisão financeira.

No âmbito institucional, propõe-se a criação de espaços de orientação financeira no interior das cooperativas, com enfoque eminentemente educativo, em consonância com o princípio cooperativista da educação, formação e informação. Esses espaços deverão oferecer atendimento individualizado, baseado em diagnóstico financeiro, orientação personalizada e acompanhamento contínuo, priorizando a promoção da autonomia econômica dos cooperados e da comunidade em geral. Diferentemente de abordagens estritamente comerciais, a proposta enfatiza a dimensão formativa do atendimento, contribuindo para a redução da inadimplência, o uso mais consciente do crédito e o fortalecimento das relações de confiança entre cooperativa e território.

Como estratégia estruturante e integradora, propõe-se a constituição de um observatório local de inclusão e saúde financeira, responsável pela sistematização de dados, monitoramento de indicadores socioeconômicos e produção de conhecimento aplicado ao território. Em termos de temporalidade, a proposta apresenta caráter contínuo e progressivo, com ações de curto, médio e longo prazo, integradas de forma sistêmica. A expectativa é que, ao longo de sua implementação, a educação financeira deixe de ser uma iniciativa pontual e se consolide como política pública integrada, institucionalizada e territorialmente enraizada.

Por fim, ressalta-se que os resultados esperados transcendem a dimensão estritamente econômica, abrangendo a promoção da autonomia, da cidadania e da emancipação social dos indivíduos e das famílias. A redução do endividamento, a melhoria da capacidade de planejamento financeiro e o fortalecimento das economias locais constituem efeitos diretos da intervenção, enquanto a consolidação de uma cultura financeira crítica e consciente representa seu impacto estrutural. Assim, a proposta apresentada configura-se como uma estratégia robusta de desenvolvimento territorial, ancorada nos valores cooperativistas e orientada à melhoria sustentável da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S. S. **Educação Financeira nos Livros Didáticos de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34457>. Acesso em: 20 fev. 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira- Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad)**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/unicad>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- BASSIL, R. L. **A importância da educação financeira**. OABPrev.org, abr. 2018. Disponível em: <http://www.oabprev-pr.org.br/noticias-detail.php?id=750&tit=artigo-aimportancia-da-educacao-financeira>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno temático: Economia (Temas Contemporâneos Transversais)**. Brasília, DF: MEC, 2022 (doc. em PDF). Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.
- CONEF. **Comitê nacional de educação financeira. Educação Financeira nas Escolas, Ensino Médio**. 1. ed. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/EF-Educacao-Financeira-nas-Escolas-Ensino-Medio.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CRESOL. **Institucional.** s.l.: **Cresol,** s.d. Disponível em: <https://cresol.com.br/institucional/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ECONODATA. **Cresol Jaru em Jaru, RO: Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Jaru – Cresol Jaru** (CNPJ 10.514.580/0001-99). s.l.: Econodata, s.d. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/10514580000199-cooperativa-de-credito-rural-com-interacao-solidaria-de-jarucresol-jaru>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ENEF. **Estratégia nacional de educação financeira. Vida e dinheiro.** AEF Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Efeitos de Longo Prazo na Educação Financeira em Escolas Brasileiras: evidências e sugestões de políticas.** 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/avaliacao-de-impacto/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

FREITAS, M. L.; Damian, D.; Giusti, S. **Cooperativas de crédito: inclusão financeira com impactos sociais positivos.** In: FELTRIM, VENTURA, DOLT (Coords). *Inclusão Financeira: Perspectativas e desafios para inclusão financeira no Brasil-Visão de diferentes autores.* BCB, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Jaru (RO): **Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB) – série revisada.** Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/jaru/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 20 fev. 2026.

JARU (RO). Prefeitura Municipal de Jaru. **Parceria entre Prefeitura e Sicredi fortalece educação financeira nas escolas de Jaru.** Jaru, RO, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://jaru.ro.gov.br/parceria-entre-prefeitura-e-sicredi-fortalece-educacao-financiera-nas-escolas-de-jaru/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

JARU ONLINE. Jaru: **Sicoob Centro inaugura segunda agência no município. Jaru, RO,** 5 out. 2020. Disponível em: <https://jaruonline.com.br/jaru-sicoob-centro-inaugura-segunda-agencia-no-municipio/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

LEITE, G. S.; AMARAL, P. M. **O cooperativismo no contexto da ordem econômica e a perspectiva de desenvolvimento nacional**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, ano 10, n. 34, 2013.

LUSARDI, A.; Oggero, N. **Millennials and financial literacy: a global perspective**. Global Financial Literacy Excellence Center, Washington, D.C., maio 2017. Disponível em: <https://gflec.org/wpcontent/uploads/2017/07/Millennials-andFinancial-Literacy-Research-Paper.pdf?x87657>. Acesso em: 19 fev. 2026.

MARCONI, M. A. Lakatos, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2001.

MEINEN, E. O Cooperativismo e sua repercussão socioeconômica. **Revista Sócios & Negócios**. Porto Velho, RO, v.9, p. 20 fev. 2026.

MOSCOSO, Edy Pollo Santos Hassegawa; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido; OLIVEIRA, Márcia Regina de. **Análise das contribuições de cooperativas de crédito no desenvolvimento do município de Ji-Paraná (RO)**. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 1, p. 4005–4026, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-237>. Acesso em: 24 fev. 2026.

OCDE, **PISA. Who we are**. 2021. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Directorate for Financial and Enterprise Affairs. Jul. 2020B. Disponível em <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 16 fev 2026.

Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023**. Brasília: OCB, 2023. Disponível em: <https://anuario.coop.br>. Acesso em: 25 fev. 2026.

PORTAL OCB-RO. **Estudo em e-book: confira os impactos do cooperativismo de crédito no Brasil, 2024**. Disponível em: <https://portal.ocbes.coop.br/pt/publicacoes/noticias/estudo-em-ebook-confira-os-impactos-do-cooperativismo-de-credito-no-brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 16 fev. 2026.

SERASA CONSUMIDOR; IBOPE. **IndEF – Indicador de Educação Financeira de 2014**. Disponível em <<http://www.serasaconsumidor.com.br/indef/>>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SERASA. **Inadimplência do consumidor atinge 78 milhões, revela Serasa, 2025**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-deimprensa/inadimplencia-do-consumidor-atinge-78-milhoes-revela-serasa>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SICREDI. **A trajetória do Sicredi. s.l.: Sicredi**, s.d., 2022. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/trajetoria/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SICREDI. **A trajetória do Sicredi. s.l.: Sicredi**, 2021. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/institucional/trajetoria-do-sicredi/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SICREDI UNIVALES MT/RO. **Expansão: Sicredi inaugura 5 novas estruturas em Rondônia somente no último trimestre de 2022**. s.l., 2022. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/univales/noticias/inauguracoes/expansao-sicredi-inaugura-5-novas-estruturas-em-rondonia-somente-no-ultimo-trimestre-de-2022/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SICCOOB CENTRO. **Pontos de atendimento. s.l.: Sicoob Centro**, s.d. 2021. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentro/atendimento>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SICCOOB CENTRAL SC/RS. **Trajatória e desafios de uma Central com mais de 1 milhão de cooperados**. s.l.: Sicoob, 2021. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentralscrs/noticias/-/asset_publisher/xAiolawpOI5S/content/id/80970920. Acesso em: 20 fev. 2026.

SICCOOB UNICENTRO NORTE BRASILEIRO. **Pontos de atendimento**. s.l.: Sicoob, s.d., 2022. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/unicentronortebrasileiro/pontos-atendimento>. Acesso em: 20 fev. 2026

SISTEMA OCB–Núcleo de informações e mercado. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. 3ª versão. Brasília–DF. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicação/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 20 fev 2026.